

## **Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR**

**Local: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU**

**Data: 01 de dezembro de 2011**

**Horário: 10 às 13 h**

Na Reunião Ordinária do COMPUR de 01 de dezembro de 2011 foram apresentados os seguintes temas:

- Decreto 34.622 – Licenciamento rádio bases (ERBs) - Palestrante: Robson Spinelli
- Porto Maravilha (projeto vencedor do concurso) - Palestrante: João Pedro Backheuser

Conselheiros Titulares e Suplentes: Marco Antônio Barbosa (SENGE); Miguel Antonio Pinto Guimarães (ASBEA); Manoel Lapa e Silva (Clube de Engenharia); Roberto Lira de Paula (SINDUSCON); Helio de Oliveira Barros e Magno Nunes da Silva (CML); João Carlos Barbosa Brasil (FAFERJ); Vânia Leal Mendonça (SMO); Washington Menezes Fajardo (Sub-PC); Cristina Barreto da Silva (SMH); Carlos Alberto Muniz (SMAC); Sérgio Moreira Dias, Cristina Micaelo e Aida Billwiller (SMU).

Participantes: Adauto Lucio Cardoso (UFRJ/IPPUR); Leonardo Maciel (SECONSERVA); Marcus Leal e Robson Spinelli Gomes (MPRJ); Simone (CMRJ – vereadora Sonia Rabello); Rachel Fares (CMRJ – vereadora Aspásia); Marcos Lourenço Pires (SOLACE); Luiz Antonio da Motta Carvalho; João Pedro Backheuser; Rosário Portillo e Joan Ignasi Riera; Maria Cecília Guedes; Miriam D. Cavalcanti (SUBPC); Luis Fabio Cruz (SMAC); Helena Rego, Ricardo Ferraz, Marcos A. W. A. Santos, Tomaz Ribeiro e Martha Allemann (U/CAU); Regina Lauria (SMU – 3ª GLF); Leonor M de Souza Junqueira (SMU); Maria Ernestina da Cunha (SMU – GPL1) e Maria da Luz Barbosa (SMU-CGPU).

O Secretário de Urbanismo e Presidente do COMPUR Sergio Dias abriu a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou os temas e os palestrantes do dia: o arquiteto Doica e seu parceiro internacional do escritório Alonso Baleguer, que venceram o concurso do Porto Olímpico e “Regulamentação das antenas e equipamentos de radio base – as erbs” - promotor Marcos Leal e Robson do Ministério Público do Rio de Janeiro, pessoas de fundamental importância no processo de elaboração da lei que foi construída em conjunto com as Secretarias de Conservação, de Meio Ambiente, de Ordem Pública e Urbanismo.

Informou das mudanças ocorridas na SMU / CAU ficando a arquiteta Cristina Micaelo responsável pela secretaria executiva do COMPUR, e o arquiteto André Zambelli assumindo a Gerência de Pesquisas do CAU.

Passou a palavra para Marcos Leal para a primeira apresentação do dia.

Marcos Leal agradeceu a oportunidade do Ministério Público debater junto ao executivo municipal uma questão que já vem sendo estudada a aproximadamente 10 anos devido aos efeitos nocivos da radiação emanada por essas antenas na saúde humana. A principal preocupação retratada nesse decreto é o aspecto urbanístico – proteção do paisagismo / da paisagem urbana, declarada no Plano Diretor como principal objeto de proteção e preservação na cidade. Discorreu sobre a ação do Ministério Público com

relação às instalações das ERBs e as regras e regulamentações. Passou a palavra para Robson que se apresentou e informou que comentará o decreto 34.622.

Teceu algumas considerações técnicas para entendimento das ondas eletromagnéticas que estão em nosso meio independente da nossa vontade (antenas de celular, tvs, equipamentos eletrônicos) e da exposição a essas radiações chamadas de não ionizantes, cujos principal efeito é o efeito térmico.

As ondas de alta frequência (uhf) das antenas de telefonia geram ao redor delas um lóbulo de radiação que provocam aquecimento quando em um raio próximo a elas.

As medições de radiação devem ser feitas no horário de maior movimento já que há alteração de ondas controladas remotamente de acordo com a demanda de uso de celulares.

As estações de radio base – ERBs - são compostas de equipamentos, geradores, que ficam no interior dos armários, e as estruturas que suportam as antenas. No Japão, por exemplo, não existem mais ERBs porque o sinal é transmitido via satélite.

O decreto estabeleceu:

Distancia mínima segura de 5 metros.

Distancia mínima entre antenas de 500 metros.

As ERBs e mini ERBs só podem ser instaladas nas coberturas / telhados das edificações não podendo ultrapassar uma altura de 10 metros.

Devem obedecer a uma distancia mínima de trinta metros ate a edificação vizinha.

O decreto solicita ainda a identificação da operadora.

É vetado o uso de poste de iluminação publica para instalação das antenas.

O decreto veta ainda a instalação em praças e logradouros públicos, em áreas de preservação e proteção ambiental, mangues, orlas marítimas, lagoas, em postos de gasolina, fachadas de quaisquer edificações, bens tombados, escolas e hospitais.

Por fim Robson concluiu que não é contra a instalação das antenas, muito pelo contrario, acredita ser fundamental e de grande importância, mas tem que ter ordenamento, critérios de instalação, regulamentação.

Cristina Barreto (SMH) falou que instalações irregulares também ocorrem em áreas informais de baixa renda e perguntou de que forma se darão as consultas e os procedimentos para regularizar essas antenas. Citou o caso na Rocinha do clube Umuarama que esta pra se tornar uma escola e que tem diversas antenas instaladas.

Sergio Dias informou que o decreto estabelece um prazo de 180 dias a partir de sua publicação, ocorrida em 17 de outubro, para que as operadoras apresentem seus pleitos de regularização. No caso em questão, de instalação em prédio público deve-se dar entrada na SMU, mas o decreto veta as antenas nas proximidades de escolas e hospitais. No caso de ser em área pública o processo se inicia pela SECONSERVA.

Julieta Nunes, professora do IPPUR/UFRJ solicitou que Robson explicasse um pouco mais sobre os efeitos não térmicos que as ERBs podem causar. Questionou a fiscalização e achou importante o engajamento da população sugerindo uma campanha de esclarecimento do assunto.

Sergio Dias concordou que a fiscalização é importante e que os moradores são atores fundamentais, por serem os mais prejudicados, que certamente irão denunciar à PCRJ as ERBs.

Robson explicou que ainda não foram confirmados os efeitos não térmicos, apesar de já

existirem estudos, as estatísticas não possibilitam essa conclusão. Lembrou que as ERBs são para o sistema 3G e que novos sistemas estão sendo iniciados, como o 4G, que não usa antenas.

Finalizou sugerindo que não se fale por mais de 15 minutos por chamada e que não se mantenha o celular próximo ao corpo.

Carlos Muniz, Secretário de Meio Ambiente, falou que ficou compreendido para todos a estratégia do decreto possibilitando a atuação técnica do ponto de vista da paisagem urbana, defendida no Plano Diretor, faltando esclarecer que a SMAC irá atuar, dando pareceres e autorizando, junto a SECONSERVA e a SMU nas áreas de preservação e proteção ambiental. Sergio Dias complementou que nos casos de prédios tombados e preservados a SubPC também será ouvida.

Washington Fajardo (SubPC) lembrou da importância de se pensar no aspecto plástico e formal das coberturas das edificações que também necessitam de um tratamento de paisagem para que não fiquem desordenadas, devendo haver o compartilhamento das ERBs pelas diversas concessionárias. Propôs auxiliar na criação de um decreto que ordene as coberturas e que impeça que no futuro possa ser solicitado mais valia para instalação desses equipamentos, consolidando essa imagem da paisagem natural na cidade do Rio de Janeiro.

Sergio Dias encerrou a participação das antenas e convidou João Pedro Backeuser a apresentar o projeto Porto Maravilha.

João Pedro fez uma breve apresentação do escritório falando sobre a parceria da Blac com o escritório espanhol Alonso Balaguer no concurso que foi lançado no final de 2010. A Blac iniciou suas atividades em 1997 vencendo o concurso Rio Cidade – 2ª etapa e veio desde então trabalhando com projetos urbanos, tendo participado em diversos concursos públicos. Apesar da grande experiência tanto em projetos como em concursos buscou-se a expertise para o programa do concurso de quase 800 mil metros quadrados com usos diversificados, encontrada no escritório Balaguer.

Inácio Riera apresentou diversos projetos realizados pelo escritório Balaguer.

O trabalho do concurso se baseou na convicção da importância da revitalização do porto do Rio e que a intervenção do projeto seria um gatilho, iniciando um processo de irradiação para o desenvolvimento e recuperação dessa área da cidade trazendo uma melhoria para a cidade como um todo.

A área objeto do concurso são dois terrenos com aproximadamente 100 m<sup>2</sup> em um e outro de 45m<sup>2</sup> o que possibilita um potencial construtivo de uns 800 mil m<sup>2</sup>.

Sua localização é praticamente o portal de entrada da cidade, estando no centro de toda rede de transporte e com uma centralidade com os equipamentos olímpicos.

O programa do concurso pedia 11mil quartos, distribuídos em habitações e/ou hotéis mais centro de convenções mais o que fosse necessário para que fosse composto o ambiente urbano. O projeto propõe um plano de ocupação que estabelece uma base de trabalho coerente para um processo de ocupação aceitando os diversos atores que irão aparecer de acordo com as modificações necessárias.

No projeto toda a zona residencial foi instalada no lado leste e no oeste o corporativo, empresarial, com hotel 5 estrelas e centro empresarial modulado e, ainda, o centro de convenções no embasamento.

Outro ponto importante é a questão do espaço público e do espaço verde, fazendo com que os espaços fiquem interligados, tanto o público quanto o privado, estabelecendo um

modelo que possa a vir a ser copiado nas áreas próximo as do projeto.

Inácio enfatiza que todo o projeto foi pensado no cidadão / pedestre que habitara esse espaço, não nos carros. Também na recuperação de áreas de patrimônio cultural degradada e desgastada, devolvendo-as aos cidadãos.

João Pedro detalhou o projeto para os dois terrenos.

O lado leste tem a proposta de um plano de massa onde se teriam quadras e edificações que seriam projetadas por diversos arquitetos, ou seja, estabeleceria apenas os gabaritos, os lotes, o numero de unidades, criando diversidade de projetos para a área com um jogo de volumes e aparências. No térreo os usos são comerciais (lojas, restaurantes, etc.)

Concluindo: a proposta é a transformação de uma área grande e importante da cidade buscando qualidade e tornando o ambiente agradável principalmente para os pedestres e criando um marco singular e marcante nessa paisagem.

Helena Rego encerrou a reunião em nome do Secretário Sergio Dias.